

Competitividade do sistema agroindustrial do feijão-comum no Estado de Goiás

P.E.V. Assunção¹; A.E. Wander²

¹ Programa de Pós-Graduação em Agronegócio, Universidade Federal de Goiás (UFG), CEP 74001-970, Goiânia-GO, Brasil

² Empresa Brasileira de Pesquisa Agropecuária (Embrapa), CEP 75375-000, Santo Antônio de Goiás-GO, Brasil
alcido.wander@embrapa.br

(Recebido em 12 de janeiro de 2014; aceito em 20 de julho de 2014)

A produção de feijão é uma atividade importante para a segurança alimentar e importante também para pequenos produtores do Estado de Goiás. O presente trabalho visa analisar a competitividade da agroindústria e das propriedades produtora de feijão nas regiões de Cristalina, Luziânia e Água Fria de Goiás. Cada direcionador é composto por vários subfatores, totalizando quatro direcionadores e 15 subfatores. Para a realização deste estudo, utilizaram-se os direcionadores de competitividade e seus subfatores. Os resultados mostraram que o preço do feijão-comum é fator desfavorável à competitividade das agroindústrias e a disponibilidade de feijão-comum é um fator muito favorável. Entretanto, a concentração de alguns elementos a montante e a jusante e a concorrência com produtores de outros Estados foram apontados como fatores desfavoráveis para a competitividade da cadeia.

Palavras-chave: agroindústria, cadeia agroindustrial, feijão-comum.

Competitiveness of common bean chain in Goiás state

The common bean production is one the main economic activities in Brazilian state of Goiás. This work aimed to analyze the major determinants in the common bean agroindustry competitiveness in the regions of Cristalina, Luziânia e Água Fria de Goiás. Each driver is composed by a set subfactors, totaling four drivers and a fifteen sub-factors. The model of competitiveness drivers and its subfactors was used. The analyses showed the price of common bean is a negative aspect of the competitiveness and the availability of common bean is a highly favorable factor. However, these mills and agroindustry present some liabilities in relation to some elements downstream and upstream the common bean chain, such as the large concentration of agricultural input suppliers and bean distributors. Finally, they also undergo difficulties due to the competition of other companies.

Keywords: agroindustry, agroindustrial chain, common bean.

1. INTRODUÇÃO

O feijão é um dos alimentos básicos de vários povos, principalmente do brasileiro, constituindo a sua principal fonte de proteína vegetal, sendo uma das culturas mais produzidas no Brasil e no mundo, sua importância extrapola o aspecto econômico, por sua relevância enquanto fator de segurança alimentar e nutricional².

Vários fatores são importantes para a obtenção de produto de qualidade, envolvendo cuidados que vão desde a fase de pré-produção, como a seleção da época mais adequada ao plantio, até a fase de comercialização, envolvendo questões relacionadas ao armazenamento.

O Brasil possui grande extensão de terras que são utilizadas para a agricultura, sendo encontradas culturas temperadas e tropicais. A agricultura apresenta características de produção que a diferencia das outras atividades produtivas. Existe uma dependência direta das condições climáticas e sazonalidade da oferta agrícola do que para grande parte das atividades industriais, outro aspecto se refere às despesas e receitas que se realizam em períodos diferentes⁶, sendo importante o conhecimento do que determina a competitividade da produção agrícola.

Estudos para avaliar a competitividade de diferentes cadeias produtivas ou segmentos agroindustriais foram realizados em nível nacional, mas pode-se afirmar que poucos são os estudos que visam analisar e avaliar os determinantes da competitividade da cadeia produtiva do

feijão-comum, principalmente no que diz respeito aos segmentos produção agrícola e processamento.

O estudo detalhado do Sistema Agroindustrial (SAG) do Feijão prioriza a necessidade do conhecimento de sua delimitação. Nessa delimitação faz-se necessária a identificação dos principais agentes que compõe o SAG, as relações entre eles, além de caracterizar o ambiente organizacional e institucional no qual o produto, no caso o feijão, está inserido¹⁵.

Os autores¹⁵ identificaram dentro do SAG do feijão cinco principais segmentos: i) Indústria de Insumos; ii) Produção Agrícola; iii) Setor Agroindustrial (empacotadores e indústria de processamento); iv) Setor de Distribuição (corretores/atacadistas, supermercados, empresas de cestas básicas, cozinhas industriais e restaurantes); e v) Governo Federal, que detém parte dos estoques e exerce papel de distribuição do produto por meio de programas governamentais.

Os objetivos da presente pesquisa foram analisar a competitividade da agroindústria e dos produtores do feijão-comum nas regiões de Cristalina, Luziânia e Água Fria de Goiás quanto ao mercado interno, mediante o estudo dos direcionadores de competitividade que mais influenciam os segmentos de processamento e produção rural.

2. REFERENCIAL TEÓRICO

O estudo de uma cadeia produtiva como sistema permite identificar os fatores que afetam seu desempenho global, a competitividade propriamente dita e possibilita entender a maneira como ela funciona. Na literatura é recomendado o uso do enfoque sistêmico para análise da competitividade de uma cadeia produtiva agroindustrial¹². O enfoque sistêmico pode ser entendido como a divisão da cadeia em pequenos pontos que visa facilitar o estudo da cadeia como um todo.

A análise da competitividade seguindo o ponto de vista preditivo ou potencial torna-se mais complicada do que analisar a competitividade revelada, diversas variáveis estão envolvidas no processo de concorrência e são de difícil mensuração¹⁰. Os autores ainda destacam que a competitividade potencial pode ser observada por meio da análise dos fatores que as firmas dispõem para competir no mercado.

Várias metodologias foram desenvolvidas para que se possa estudar a competitividade potencial em cadeias agroindustriais^{12, 16}. Nos trabalhos desenvolvidos vários fatores são relacionados como direcionadores de competitividade. Entre eles o comércio exterior, condições macroeconômicas, tributação, legislação sanitária, tecnologia, insumos, gestão das firmas, relações de mercado e consumo.

Com o enfoque analítico dos fatores que influenciam a competitividade das cadeias produtivas foi desenvolvido um referencial metodológico para a análise da competitividade do agronegócio canadense¹⁶. Os autores levaram em consideração os elementos característicos da agroindústria do país, que influenciam o caráter sistêmico dos fatores que influenciam a competitividade das cadeias, sendo que houve a divisão em quatro grandes grupos⁵:

1. Fatores controláveis pelo governo: são ações que podem ser controladas pelo governo, não podendo ser modificadas por uma ação específica da firma ou da cadeia – apesar de os fatores estarem sujeitos à pressão dos agentes da indústria. Como exemplo: políticas fiscais e monetárias, política educacional e leis de regulamentação do mercado.

2. Fatores controláveis pela firma: são aqueles que podem ser modificados pelas firmas, como estratégias de ação, produtos, tecnologias, políticas internas, pesquisa e desenvolvimento etc.

3. Fatores quase-controláveis: são os fatores que não podem ser modificados diretamente pelas firmas e pelas ações governamentais. Experiências têm demonstrado que esses fatores podem ser amenizados a partir de maior planejamento estratégico decorrente de coordenação da cadeia. Exemplo: ameaças de novos concorrentes, competição entre os agentes formadores da cadeia, poder de barganha entre fornecedores e clientes e condições de demanda.

4. Fatores não controláveis: são os fatores naturais e climáticos, cujos impactos têm sido cada vez mais reduzidos por meio de melhores informações (como a previsão do tempo e

prospecção de áreas de riscos climáticos) e pesquisa direcionadas com desenvolvimento de novas tecnologias – como a biotecnologia^{5, 17}.

No trabalho original são estabelecidos como indicadores de competitividade dois parâmetros, a parcela de mercado e a lucratividade do sistema¹⁶. Esta mensuração pode ser feita por meio do emprego de estatísticas de domínio público ou privado e/ou com dados levantados diretamente com agentes participantes do sistema agroindustrial estudado⁵.

Cada um dos fatores agrupados em um conjunto, seguindo o critério de suas características de base e os impactos que tem na competitividade, pode ser considerado como sendo um “direcionador de competitividade”⁵. Os autores ainda destacam que como direcionadores eles devem ser capazes de refletir os aspectos essenciais que determinam as causas da competitividade de um espaço de análise.

Em detrimento da existência de vários métodos de análise da competitividade de cadeias, também existem diferentes definições para a competitividade. O presente trabalho adota o conceito desenvolvido originalmente no Canadá¹⁶, onde a competitividade pode ser medida pela participação de mercado e pela lucratividade. A opção por tais fatores (participação de mercado e lucratividade) são compreendidos universalmente e podem ser mensurados objetivamente através da associação de direcionadores de competitividade⁸.

O indicador lucro é um dos mais importantes para as firmas e muitas vezes pelas diferenças estruturais das próprias firmas, o indicador de lucro se torna muito difícil de construir e apurar¹. O autor ainda destaca que a comparação entre os lucros apurados de duas firmas pode ser obtida através de múltiplas variáveis, tais como: vendas, número de trabalhadores, custo do trabalho, número de plantas no estande de plantio etc.

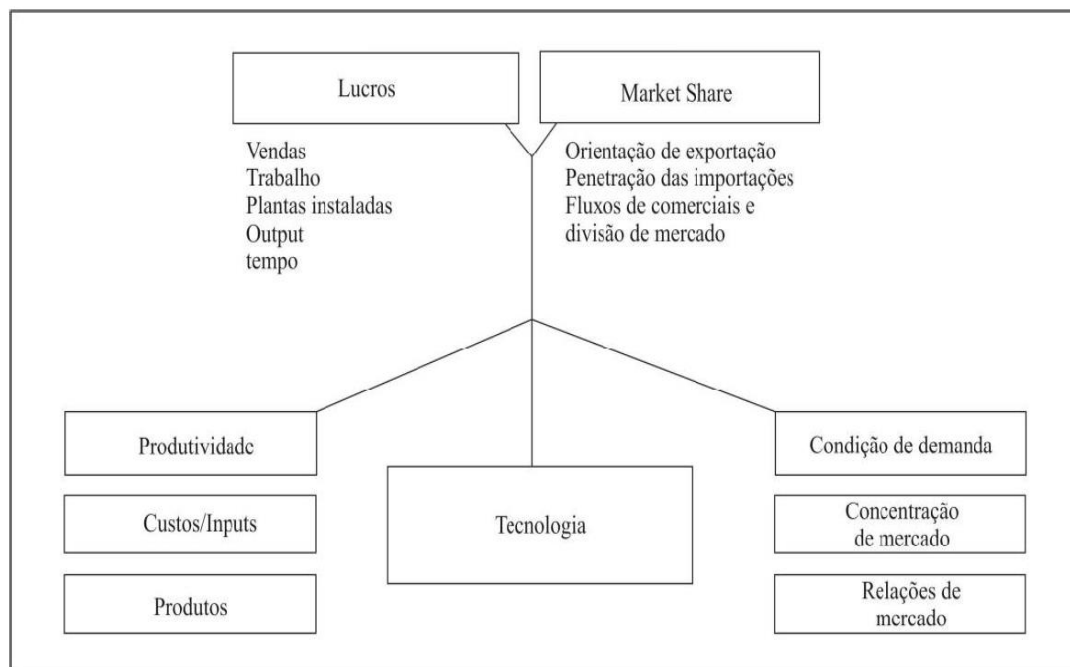


Figura 1: Framework de diagnóstico de competitividade (adaptado)¹⁶.

Market share é o indicador mais usual quando se mede competitividade, pode ser construído de diversas maneiras, usando importações e exportações da indústria. A produtividade é um importante indicador de competitividade, mas em alguns casos têm-se dificuldades em obter os dados apropriados, esses podem muitas vezes estar disponíveis, mas a veracidade dos dados pode produzir análises enganosas¹⁶.

O indicador envolvido com o nível de pesquisa e desenvolvimento de tecnologia visa mensurar o quanto a indústria investe e desenvolve tecnologias próprias, sendo excluída da análise quando é uma tecnologia transferida de outra indústria ou país.

O fator de competitividade produto é considerado crítico quando analisado, pois as características do produto quanto à qualidade, conveniência, valor nutricional, valor de mercado

etc., devem ser considerados¹. Os custos são importantes e influenciam diretamente na condição de competitividade, mas são de difícil mensuração.

O indicador concentração advém da escola de organização industrial que está analisando o fator, podendo ser traduzido como estrutura de mercado, onde pode ser observado quais são as indústrias que mais possuem parcelas do mercado analisado. Já a demanda é um fator crítico na formulação das estratégias empresariais. A demanda pode ser considerada um fator quase controlável, ressaltando que a competitividade é extremamente sensível a este fator.

O indicador relações de mercado é considerado um indicador não dispensável, pois a análise das relações entre os elos da cadeia ou entre indústria com seus *stakeholders*, incluindo o processo de negociação de preços, especificações do produto, os termos dos negócios, que afetam a competitividade^{1,9}.

Os direcionadores de competitividade quando aplicados aos sistemas agroindustriais de produção devem ter a capacidade de representar um caráter mesoanalítico, permitindo a análise estrutural e funcional dos subsistemas (agentes) e sua interdependência em um sistema integrado (cadeia produtiva)³.

3. MATERIAL E MÉTODOS

A presente pesquisa adota uma abordagem qualitativa e quantitativa de caráter exploratório e descritivo. Essa abordagem tem referência na descoberta de ideias e percepções, devendo ser suficientemente flexível para considerar todos os aspectos envolvidos de um fenômeno¹¹. Para o desenvolvimento da pesquisa foram utilizados dados primários e secundários.

Os dados secundários foram levantados com o objetivo de descrever as principais características da produção de feijão-comum em Goiás. Esses dados foram obtidos em agências oficiais, institutos de pesquisa, associações e outros, bem como através da revisão de literatura. Os dados primários foram obtidos por meio de entrevistas estruturadas e semiestruturadas aplicadas aos produtores e agroindústria.

Participaram do estudo três agroindústrias representativas dentro do Estado de Goiás, localizadas na região de Goiânia, que apresentam atividades de compra e venda de feijão em todo o Centro-Oeste e em parte do Sudeste. Por parte da produção agrícola, participaram cinco produtores de feijão das regiões de Cristalina, Luziânia e Água Fria de Goiás.

Inicialmente, foram levantados os possíveis participantes da pesquisa, com os quais foram realizados contatos prévios e o convite para participarem da pesquisa. Sendo aceito o convite, agendou-se a visita para a entrevista conforme a disponibilidade dos participantes.

Foram realizadas entrevistas semiestruturadas com cada um dos participantes, repetindo-se exatamente as mesmas questões para os dois segmentos: fazenda e agroindústria. No decorrer da entrevista, foi solicitado que o participante avaliasse quantitativamente a intensidade do impacto dos subfatores e sua contribuição para o efeito agregado dos direcionadores.

No intuito de transformar a avaliação mais objetiva, os entrevistados deveriam atribuir uma nota seguindo uma escala do tipo “likert”⁷. Tal escala apresenta os valores variando de “muito favorável” (+2), ou seja, quando há significativa contribuição positiva do subfator, a “muito desfavorável” (-2), que é quando há a existência de entraves ou impedimentos à sustentação da competitividade.

A metodologia utilizada para a análise considera que a competitividade é mensurada por meio de um conjunto de direcionadores e subfatores, conforme as seguintes etapas⁴.

No primeiro momento foram elaborados seis direcionadores: Insumos Agrícolas, Processo Produtivo, Gestão das Propriedades, Relações de Mercado e 15 subfatores de competitividade para o segmento produção agrícola.

No segundo momento foi atribuído a cada subfator um grau de controlabilidade. Os graus foram classificados em: i) Fatores Controláveis pela firma (CF); ii) Fatores Controláveis pelo governo (CG); iii) Fatores Quase-Controláveis (QC); e iv) Fatores Incontroláveis¹⁶. Os graus atribuídos em relação à controlabilidade foi baseado em estudos precedentes^{4,13}.

Para que pudesse ser feito a diferenciação da importância de cada subfator avaliado pelos participantes, foi sugerido a utilização de pesos para medir o fator de importância. Tanto a avaliação dos subfatores quanto a distribuição dos pesos foram realizados pelos entrevistados.

A análise dos resultados desenvolveu-se em duas etapas. Primeiramente, optou-se pela análise dos subfatores de cada determinante de competitividade. Essa análise foi baseada nos dados secundários, levantados no referencial bibliográfico e nos dados primários obtidos com base nos questionários aplicados aos representantes das agroindústrias e locais de produção das regiões já mencionadas.

Para cada determinante de competitividade foi construída uma tabela contendo todos os subfatores classificados de acordo com os elementos controladores. Nestas tabelas são definidos os níveis de favorecimento de cada um desses subfatores para a competitividade dessas empresas nas regiões estudadas, utilizando a escala likert. Além disso, outra função dessas tabelas foi indicar o peso da importância de cada subfator para o determinante de competitividade do sistema.

Na segunda etapa, são elaboradas algumas considerações sobre o comportamento do setor, baseando-se nos resultados das tabelas e do gráfico, definindo-se quais deveriam ser as principais atitudes adotadas por essas agroindústrias e locais de produção para se tornarem mais competitivas, buscando aproveitar os determinantes mais favoráveis e superar aqueles desfavoráveis.

4. RESULTADOS E DISCUSSÃO

4.1 Insumos

Quando relacionado às características citadas pelos entrevistados como favoráveis ao desenvolvimento da cultura do feijão na região, foi destacado a topografia e o tipo de solo. Isso pode ser observado quando observado o zoneamento agroclimático do Estado de Goiás que é favorável à cultura do feijão-comum. As regiões estudadas estão compreendidas dentro desse zoneamento, além de que o feijão apresenta a característica de poder ser rotacionado com outras culturas, o que facilita sua exploração.

A quantidade produzida de feijão-comum no Brasil e nos três principais Estados produtores (Paraná, Minas Gerais e Goiás) e na região de Cristalina, Luziânia e Água Fria de Goiás, podem ser observadas na Tabela 1.

Observa-se que a quantidade produzida de feijão apresenta pequenas oscilações no período analisado, mas essa quantidade é estável, suprindo as necessidades tanto da agroindústria quanto do consumo final de feijão-comum. Os entrevistados afirmaram que estão satisfeitos com a disponibilidade de feijão-comum na região estudada.

Tabela 1: Quantidade produzida de feijão-comum em toneladas, do Brasil, dos principais Estados produtores e dos municípios de Cristalina, Luziânia e Água Fria de Goiás.

Ano	Brasil	Paraná	Minas Gerais	Goiás	Cristalina	Luziânia	Água Fria de Goiás
2005	3.021.649	557.019	559.570	280.461	97.410	37.380	19.215
2006	3.457.752	818.015	476.640	268.478	90.000	43.200	20.700
2007	3.169.357	766.792	480.863	253.668	69.900	46.440	19.500
2008	3.461.194	771.291	584.292	220.449	43.800	41.400	17.640
2009	3.085.671	787.178	602.274	261.915	64.800	43.020	14.400
2010	2.923.725	792.010	623.774	288.816	71.880	53.150	14.630
2011	3.435.366	815.280	582.966	311.837	60.840	46.800	20.850

Fonte: Adaptado de IBGE/Pesquisa Agrícola Municipal, 2005 a 2011.

Diante do exposto e das afirmações, as boas condições edafoclimáticas da região e a produtividade das propriedades agrícolas são muito favoráveis (MF) para a competitividade das propriedades e da agroindústria na região.

Em relação às máquinas e equipamentos agrícolas as regiões estudadas apresentam um número limitado de empresas fornecedoras de máquinas e equipamento de manutenções industriais. Os principais fornecedores, segundos os entrevistados, se localizam, principalmente, em Londrina (Paraná) e Unai (Minas Gerais), locais distantes da região processadora.

Os entrevistados apontaram que quando acontece algum problema de urgência, devido à quebra de equipamentos, o processo de entrega e manutenção é muito dificultado e demorado, mesmo se tratado da

capital do Estado de Goiás, onde as agroindústrias se localizam. Outro aspecto é o preço do frete, que é muito caro em relação ao deslocamento de Londrina e Unai até Goiânia.

Uma consulta rápida no cadastro dos fornecedores de máquinas e equipamentos do setor agroindustrial de feijão-comum oferecido pela Associação Brasileira da Indústria de Máquinas e Equipamentos (ABIMAQ) deixa claro que as afirmações sobre a dificuldade de manutenção são grandes, devido à distância e a falta de empresas nesse setor no Estado de Goiás.

Resumindo, pode-se dizer que a disponibilidade de máquinas e equipamentos de manutenção industrial nas regiões estudadas é desfavorável (D), para a competitividade da agroindústria processadora de feijão-comum.

Em relação ao preço do feijão-comum, o feijão faz parte da cesta básica do povo brasileiro, sendo consumido no mínimo em duas refeições diárias e também é um item que faz parte da segurança alimentar nacional. O governo tente a pressionar a cadeia para manter os preços baixos de maneira a não onerar o consumidor final, procurando com isso manter o feijão como fonte de proteína vegetal para o consumidor brasileiro.

Tal fato faz com que a produção apresente a oscilação observada na Tabela 1, pois em alguns anos os preços do feijão sobem e acabam sendo interessante para os produtores, posteriormente, o governo pressiona o preço para baixo, o que faz com que o custo de produção fique elevado. Isso faz com que a produção oscile e o feijão passe pelo efeito “gangorra de produção”.

De acordo com os entrevistados, por parte das propriedades produtivas, os preços pagos pela saca de feijão são estabelecidos previamente pelo governo federal, visando o preço da cesta básica nacional. Caso o preço seja muito elevado e a inflação venha a subir, o governo tem o direito de abaixar o preço pago pela saca de feijão, fazendo com o produto não apresente um preço muito elevado para o consumidor final. Isso corrobora o efeito gangorra já citado.

Por parte das agroindústrias, a compra é feita de maneira direta com os fornecedores. A quantidade já é preestabelecida por contrato, verificando o histórico de produção do produtor. Os contratos impedem a possibilidade de negociações diretas com produtores que não apresentam histórico de vendas de feijão para a agroindústria, diminuindo a participação dos “intermediários” no processo de venda do feijão, sendo uma iniciativa para a melhor coordenação da cadeia produtiva de feijão.

O que se pode observar é que não existem muitas possibilidades de negociação do preço pago pelo feijão por parte dos produtores, pois tais preços são fixados pelo governo. Em relação à agroindústria, não existem muitas possibilidades de negociação do preço do feijão, que é estabelecido pelo governo, sendo apenas a entrega definida por contrato. Isso mostra o grau de interferência do governo dentro da cadeia e o poder de mercado da agroindústria apresenta na região. Tal poder é prejudicial ao produtor que, por vezes, apresentam um custo de produção muito elevado em relação ao que é pago pelo produto final.

Alguns entrevistados relataram que quando ocorre à diminuição dos preços do feijão-comum, os produtores tendem a sair da atividade no próximo ano, o que pode dificultar a fechamento de contratos pela agroindústria no ano referente de produção.

Assim, pode-se dizer que os preços do feijão-comum são ruins para os produtores e para a agroindústria, pois quando ocorre à baixa do preço pode prejudicar tanto a agroindústria quanto os produtores, sendo um fator desfavorável (D) para a competitividade da agroindústria das regiões estudadas.

A disponibilidade e o preço do feijão-comum foram os subfatores considerados mais importantes do determinante insumo, pois, sem a produção de feijão próximo a agroindústria seria difícil à existência da empresa processadora de feijão na região. Sendo assim, cada um desses subfatores apresentou um peso elevado de 60% para a disponibilidade de feijão e 70% para o preço do feijão. O subfator disponibilidade de máquinas e equipamentos de manutenção industriais teve peso menor, de 30%, como pode ser observado na Tabela 2.

Tabela 2: Avaliação do determinante de competitividade insumo na agroindústria de feijão-comum na região de Goiânia.

Direcionador e Subfator	Controlabilidade				Avaliação	
	CF	CG	QC	I	Indicador (MF/F/N/D/MD)	Peso
Insumos						
Disponibilidade de feijão-comum			X	X	MF	0,60
Disponibilidade de máquinas e equipamentos de manutenção industriais			X		D	0,30
Preço do feijão-comum		X			D	0,70

OBS: CF – controlável pela firma; CG – controlável pelo Governo; QC – quase controlável; I – não controlável; MF – muito favorável; F – favorável; N – neutro; D – desfavorável; MD – muito desfavorável.

4.2 Processo produtivo

A atividade de produção é um processo importante e apresenta diferenças em relação às safras de feijão que está sendo produzida. O feijão é produzido em três safras em Cristalina, Luziânia e Água Fria de Goiás. Geralmente, o produtor apresenta produção em apenas uma das safras.

O cultivo do feijão é feito em três safras distintas. Na primeira safra, conhecida como a safra das águas, o plantio acontece nos meses de agosto a novembro e a colheita de novembro a fevereiro. A segunda safra, chamada de safra da seca ou safrinha, ocorre no final das chuvas, tem o plantio de dezembro a março e a colheita de março a junho. E a chamada terceira safra, que ocorre no inverno sendo uma safra irrigada, com plantio de abril a julho e colheita de julho a outubro¹⁸.

Goiás está inserido no planalto central, cuja vegetação predominante é o cerrado. O clima é tropical semiúmido, com duas estações: período chuvoso (outubro até abril) e seco (maio até setembro). Está bem localizado geograficamente, com facilidade de acesso às principais rodovias do país. Sendo um subfator muito favorável (MF) para o processo produtivo (Tabela 3).

A produção de grãos apresentou expansão de forma vertical, utilizando-se áreas que antes eram de cerrado nativo. O feijão passou a ser utilizado na rotação de cultura a partir dos anos 1990, com o advento da difusão do plantio direto, que mudou a visão do manejo com o solo². O feijão-comum é amplamente utilizado na rotação de culturas e apresenta grande potencial de formação de palha para a manutenção desse sistema. A localização da produção é um fator muito favorável (MF).

O custo de produção é algo relativo, segundo os produtores entrevistados, pois em alguns anos apresenta-se baixo e em outros anos podem ficar altos. Isso se deve ao preço pago aos produtores pelo feijão, como já discutido. Tal subfator é considerado desfavorável (D) pelos produtores entrevistados.

A assistência técnica é escassa na região. Os produtores entrevistados relataram que não é costume receberem a ajuda da assistência técnica e que produzem da maneira que acham ser mais adequada ou que estão acostumados. A assistência técnica fornecida na região foi paga e não disponibilizada pelo governo, o que acaba tornando o subfator desfavorável (D), pois alguns produtores apresentam carência de conhecimento de técnicas mais eficientes de produção.

A localização da produção e o custo de produção foram considerados mais importantes dentro do determinante processo produtivo, pois sem a região apresentar aptidão para a produção seria difícil a instalação de áreas de produção e o custo de produção está diretamente ligado com a permanência dos produtores na atividade. Cada um desses subfatores apresentou um peso elevado de 60% para a localização da produção e 80% para o custo de produção. Os subfatores condições ambientais, com 40%, e assistência técnica, com 30%, apresentaram pesos menores, indicando que os produtores não consideraram como interferentes no processo produtivo do feijão-comum.

Tabela 3: Avaliação do determinante de competitividade processo produtivo de feijão-comum na região de Cristalina, Luziânia e Água Fria de Goiás.

Direcionador e Subfator	Controlabilidade				Indicador (MF, F, N, D, MD)	Avaliação	Peso
	CF	CG	QC	I			
Processo produtivo							
Condições ambientais				X	MF		0,40
Localização da produção (região)	X				MF		0,60
Custo de produção		X			D		0,80
Assistência técnica	X			X	D		0,30

OBS: CF – controlável pela firma; CG – controlável pelo Governo; QC – quase controlável; I – não controlável; MF – muito favorável; F – favorável; N – neutro; D – desfavorável; MD – muito desfavorável.

4.3 Gestão das Propriedades Rurais

Segundos os produtores entrevistados, a gestão das propriedades é realizada pelos próprios produtores, sendo que em nenhum caso os produtores alegaram receber consultoria em relação ao seu processo produtivo. Apesar de existir alguns dispositivos de controle e planejamento de atividades disponibilizadas por empresas públicas e privadas, o planejamento do sistema de produção, os controles de custos e os controles financeiros são realizados de forma manual por todos os produtores entrevistados. Isso demonstra que é baixa a divulgação e adoção de ferramentas de gestão por parte dos produtores de feijão-comum, tornando o subfator relação administrativa neutro (N), pois os produtores apresentam boa relação com a produção, mas poderia melhorar caso adotassem novas maneiras de se relacionarem com a atividade.

A rentabilidade do processo está ligada, novamente, com os preços recebidos pelos produtores, que como já foi citado no presente estudo, é controlado pelo governo, o que torna a rentabilidade do processo produtivo complicada de ser auferida, pois em um ano o preço do feijão pode estar alto e a rentabilidade torna-se um fator muito favorável. Já em anos de baixa de preços a rentabilidade do processo produtivo diminui o que torna a atividade desfavorável.

No tocante a economia de escala e alianças estratégicas na cadeia produtiva do feijão-comum, elas podem ser conceituadas em relação aos acordos de parcerias tomados pelos produtores com as agroindústrias visando à diminuição do uso de defensivos agrícolas durante o processo produtivo, assim como a utilização de selos de procedência do feijão. Esse subfator é considerado muito favorável (MF) para a competitividade da produção de feijão na região.

Em relação à capacitação da mão de obra, em Goiás, assim como em todo o Brasil, as cadeias produtivas são beneficiadas pelos baixos custos da mão de obra operacional⁸. Já em relação à mão de obra gerencial, os autores ainda destacam, que existem várias instituições de ensino superior que oferecem cursos de graduação na área de gestão do agronegócio, que podem ser revertidos em mão de obra qualificada para a região.

A rentabilidade do processo produtivo foi considerada o fator mais importante dentro do determinante gestão das propriedades rurais, pois esse fator está ligado diretamente com a permanência dos produtores na atividade, que apresentou o peso de 75%, e ainda apresentou dois indicadores, pois é um subfator que apresenta alterações complicadas de serem previstas. Os subfatores relação administrativa apresentou um peso de 15% e foi considerado neutro. Já o subfator economia de escala e alianças estratégicas apresentou um peso de 50% e foi considerado favorável, assim como a capacitação da mão de obra, que recebeu um peso de 40% (Tabela 4).

Tabela 4: Avaliação do determinante de competitividade gestão das propriedades rurais de feijão-comum na região de Cristalina, Luziânia e Água Fria de Goiás.

Direcionador e Subfator	Controlabilidade				Avaliação	
	CF	CG	QC	I	Indicador (MF, F, N, D, MD)	Peso
Gestão das propriedades						
Relação administrativa	X				N	0,15
Rentabilidade do processo		X	X		MF/D	0,75
Economia de escala e alianças estratégicas	X				MF	0,50
Capacitação da mão de obra		X		X	MF	0,40

OBS: CF – controlável pela firma; CG – controlável pelo Governo; QC – quase controlável; I – não controlável; MF – muito favorável; F – favorável; N – neutro; D – desfavorável; MD – muito desfavorável.

4.4 Estrutura e relações de mercado

No tocante ao relacionamento com fornecedores de feijão, nas regiões de Cristalina, Luziânia e Água Fria de Goiás, observa-se, principalmente, a presença de contratos de fornecimento com produtores especializados ou arrendamento, não existindo propriedade própria por parte da agroindústria instalada em Goiânia, havendo a integração vertical da produção.

As agroindústrias fazem um contrato de entrega, com quantidade preestabelecida, mediante reuniões periódicas com os seus principais fornecedores, estabelecendo cotas de entrega nos períodos de safra e entressafra, cotas essas estabelecidas pelo histórico de produção da área. Isso demonstra que essas empresas procuram ser fortemente integradas com seus fornecedores, visando reduzir o risco de não recebimento do produto nos períodos necessários.

A integração realizada pelas agroindústrias beneficiadoras de feijão-comum em Goiás beneficia também os produtores, pois esses ficam aparados pelos termos no contrato em relação aos preços pagos pelo feijão, sendo que a agroindústria busca minimizar o máximo possível o efeito gangorra dos preços para os produtores. Além do fato de o contrato diminuir a participação do intermediário dentro da cadeia.

Apesar dessa integração, 80% dos contratos estabelecidos entre os produtores e a agroindústria corresponde a um período muito curto, de um ano. O produtor é responsável direto pela qualidade do produto e pelo cumprimento do prazo de entrega, sendo o único elemento que sofre com o ônus, caso ocorra algum problema nesses aspectos.

Pode-se dizer que a relação entre os fornecedores de feijão-comum e a agroindústria na região estudada é favorável (F) para a competitividade.

No que tange ao relacionamento com fornecedores de insumos agrícolas, o relacionamento com esses fornecedores são importantes para a cadeia. Com relação aos fornecedores de fertilizantes dos produtores, segundos os entrevistados, o que vem ocorrendo é uma forte concentração nesse setor no mercado internacional. Antigamente, segundo o relato, existiam vários fornecedores e, atualmente, observa-se uma forte concentração, representada por grandes empresas internacionais, o que tem dificultado o processo de negociação.

A forte concentração do setor foi acompanhada por uma série de fusões e aquisições entre as empresas. Esse fenômeno vem ocorrendo, principalmente, na medida em que inovações visam, cada vez mais, determinadas qualidades industriais e de consumo final¹⁴.

Segundo os entrevistados, além da concentração, outro aspecto que é desfavorável para os produtores no relacionamento com os fornecedores de insumos agrícolas é a definição dos preços dos fertilizantes, que são estabelecidos em dólar e são extremamente vulneráveis a taxa de câmbio.

Em relação às máquinas agrícolas, os preços são negociados com base no mercado nacional e nas tendências apresentadas para o setor de montagem. Em alguns casos, os produtores rurais, utilizam a pesquisa de mercado para selecionar os fornecedores, utilizando como critério a disponibilidade do maquinário, a facilidade de manutenção, assistência técnica e peças de reposição.

Com isso, os produtores rurais da região estudadas sofrem com a concentração dos fornecedores de insumos agrícolas, além da dificuldade na negociação dos preços desses

insumos. A relação entre os fornecedores de insumos agrícolas e os produtores é neutra (N) para a competitividade da região.

No tocante ao relacionamento com o mercado de feijão, 90% do feijão beneficiado é destinado ao abastecimento do mercado interno, utilizando como meio os grandes varejistas (supermercados e restaurantes). Os clientes do mercado de feijão são exigentes em relação às características que o feijão deve apresentar. As principais exigências de ambos os mercados se baseiam em questões básicas do produto, como cor do tegumento (casca do feijão), aparência da embalagem, cocção do feijão etc.

As agroindústrias visam de maneira geral à melhoria não somente do processo de industrialização, como também na logística do produto, no armazenamento e mesmo na negociação, o que demonstra o cuidado com os clientes representados por essas agroindústrias. O principal objetivo das agroindústrias é melhorar o relacionamento direto com os consumidores, pois segundo os entrevistados, as agroindústrias ainda não sabem como lidar com os clientes, sejam eles o atacado ou o varejo.

Com isso pode concluir que as agroindústrias suprem uma parcela do mercado exigente em relação aos produtores que consomem, buscando maior competitividade. Pode-se dizer que o relacionamento com o mercado de feijão é favorável (F) para a competitividade do feijão-comum produzido na região estudada.

Em relação à concorrência, os entrevistados por parte da agroindústria alegaram sofrerem com a concorrência do feijão processado em todo o país. As grandes processadoras vendem em elevadas quantidades a preços inferiores quando desejam incrementar as vendas. Assim, o preço que é estabelecido pelas grandes empresas dos outros Estados, normalmente empresas paraenses, limitam a possibilidade de qualquer tipo de influência sobre o preço recebido pelas agroindústrias da região goiana.

De acordo com os entrevistados, nos últimos anos, o que se pode ser observado no mercado nacional é o aumento da oferta de feijão-comum, diminuindo seu preço, ao mesmo tempo em que, de acordo com o aumento da procura por insumos pelos produtores, aumenta os preços dos insumos, isso estreita muito a margem de comercialização.

Ante essas observações, pode-se dizer que a concorrência tem uma influência desfavorável (D) sobre a competitividade o feijão-comum produzido na região estudada.

Os subfatores relacionamento com os fornecedores de insumos, relacionamento com o mercado de feijão e a concorrência foram considerados os mais importantes para a competitividade das agroindústrias e os produtores de feijão-comum, pela relevância que esses três agentes apresentam na cadeia produtiva do feijão-comum, conforme pode ser observado na Tabela 5.

Tabela 5: Avaliação do determinante de competitividade estrutura e relações de mercado da agroindústria processadora e dos produtores de feijão-comum na região de Cristalina, Luziânia e Água Fria de Goiás.

Direcionador e Subfator	Controlabilidade				Avaliação	
	CF	CG	QC	I	Indicador (MF, F, N, D, MD)	Peso
Estrutura e relação de mercado						
Relacionamento fornecedor feijão			X		F	0,25
Relacionamento fornecedor insumo agrícola			X		N	0,30
Relacionamento com o mercado de feijão			X		F	0,30
Concorrência			X		D	0,45

OBS: CF – controlável pela firma; CG – controlável pelo Governo; QC – quase controlável; I – não controlável; MF – muito favorável; F – favorável; N – neutro; D – desfavorável; MD – muito desfavorável.

5. CONSIDERAÇÕES FINAIS

O estudo que analisa os determinantes de competitividade é importante para auxiliar na tomada de decisão das empresas que compõem parte de um sistema econômico, para que

possam alcançar a maior competitividade. No presente estudo procurou-se analisar a competitividade da agroindústria e o segmento de produção de feijão-comum na região de Cristalina, Luziânia e Água Fria de Goiás.

Estudo apresentou a relação entre a agroindústria processadora e os produtores rurais, buscando analisar os direcionadores de competitividade, baseado num enfoque sistêmico, considerando o relacionamento que a agroindústria e os produtores têm com os elementos a jusante e a montante do processo de produção.

Os resultados demonstraram que as regiões estudadas apresentam condições edafoclimáticas muito favoráveis para o cultivo do feijão com índices de produção que não fogem ao padrão observado em todo o território nacional. Tais fatores somados à existência de novas tecnologias em relação ao cultivo do feijão contribuem para que haja uma boa disponibilidade dessa matéria-prima na região estudada, favorecendo o desenvolvimento da agroindústria.

Apesar de apresentar vantagens, as agroindústrias e os produtores da região estudada apresentam dificuldades na disponibilidade e no relacionamento com os fornecedores de outros insumos. Outro fator que dificulta é o relacionamento com os concorrentes de outros Estados, que tem sido um fator desfavorável para a competitividade da cadeia.

As agroindústrias precisam buscar alternativas para diversificação das estratégias mercadológicas adotadas, procurando meios de atender aos mercados mais exigentes de feijão-comum, podendo com isso aumentar seu poder de barganha juntos aos compradores, seja do atacado e do varejo.

Pode-se concluir que existem vantagens efetivas que vêm favorecendo os investimentos realizados na cadeia produtiva do feijão-comum. No entanto, ainda existem alguns entraves que devem ser superados para que a produção de feijão-comum possa efetivamente crescer, podendo propiciar que a região se torne um grande polo produtor de feijão-comum no Brasil.

6. AGRADECIMENTOS

Os autores agradecem à Fundação de Amparo à Pesquisa do Estado de Goiás (FAPEG) pela bolsa de qualificação concedida ao primeiro autor deste trabalho.

-
1. Almeida PRV. Análise da competitividade potencial da cadeia exportadora de feijões brasileira. [Dissertação de Mestrado]. Goiânia: Universidade Federal de Goiás (UFG); 2012.
 2. Barbosa FR, Gonzaga ACO. (Ed.). Informações técnicas para o cultivo do feijoeiro-comum na Região Central-Brasileira: 2012-2014. Santo Antônio de Goiás-GO: Embrapa Arroz e Feijão; 2012.
 3. Batalha MO, Silva AL. Gerenciamento de sistemas agroindustriais. In: Batalha, M.O. (Org.). Gestão agroindustrial. 3 ed. São Paulo: Atlas; 2007. p. 1-64.
 4. Batalha MO, Souza Filho HM. Analisando a competitividade de cadeias agroindustriais: uma proposição metodológica. In: Batalha, M.O.; Souza Filho, H.M. (Org.). Agronegócio no MERCOSUL: uma agenda para o desenvolvimento. São Paulo: Atlas, 2009. p. 1-22.
 5. César AS, Batalha MO. Análise dos direcionadores de competitividade sobre a cadeia produtiva de biodiesel: o caso da mamona. *Produção*. 2011; 21(3):484-497.
 6. Fagundes MBB, Lima Filho DO, Tredezini CAO, Silva MGE, Santos Júnior JR, Simões ARP. Análise da competitividade da cotonicultura no Estado de Mato Grosso do Sul: aplicação da Matriz de Análise de Política (MAP). *Revista de Economia e Administração*. 2008; 9(21):5-20.
 7. Likert RA. Technique for the measurement of attitudes. *Archives of Psychology*. 1932; 22(140): 1-55.
 8. Machado GR, Wander AE, Figueiredo RS. Competitividade da bovinocultura de corte no Estado de Goiás. *Informações Econômicas*. 2012; 42(6):65-80.

9. Martin LJ, van Dureen E, Westgren R. The Competitiveness of Canada's Food Processing Industry. Report Prepared for the Food Policy Task Force of Industry. Science and Technology Canada; 1991.
10. Melz LJ, Souza Filho HM. Avaliação da competitividade da produção de carne de frango em Mato Grosso. *Revista Brasileira de Gestão e Desenvolvimento Regional*. 2011; 7(2):25-57.
11. Selltiz WS et al. Métodos de Pesquisa nas Relações Sociais. São Paulo: Edusp, 1980.
12. Silva CAB, Batalha MO. Competitividade em sistemas agroindustriais: metodologia e estudo de caso. II Workshop Brasileiro de Gestão de Sistemas Agroalimentares. Ribeirão Preto: PENSA/FEA/USP; 1999. p. 9-20.
13. Silva CAB, Batalha MO. Estudo sobre a eficiência econômica e competitividade da cadeia agroindustrial da pecuária de corte no Brasil: IEL/CNA/SEBRAE; 2000.
14. Siqueira PHL, Reis BS. Determinantes de competitividade da agroindústria processadora de cana-de-açúcar no Triângulo Mineiro e no Alto Paranaíba, Minas Gerais. *Organizações Rurais & Agroindustriais*. 2006; 8(2):202-215.
15. Spers EE, Nassar AM. Competitividade do sistema agroindustrial do feijão. In: Farina, E.M.M.Q.; Zylbersztajn, D. (Org.). *Competitividade no agribusiness brasileiro*. São Paulo: PENSA/FIA/FEA/USP; 1998. p. 101-250.
16. van Duren E, Martin L, Westgren R. Assessing the competitiveness of Canada's agrifood industry. *Canadian Journal of Agricultural Economics/Revue canadienne d'agroeconomie*. 1991; 39(4):727-738.
17. van Duren E, McKay H. Forging strategic alliances in Canada's agrifood sector: framework for analysis and action. *Canadian Journal of Agricultural Economics/Revue canadienne d'agroeconomie*. 1994; 42(3):311-326.
18. Wander AE. Produção e consumo de feijão no Brasil, 1975-2005. *Informações Econômicas*. 2007; 37(2):7-21.